

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal sobe 12,8% e chega a R\$ 149,1 bilhões, recorde para setembro..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas puxam arrecadação recorde..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mercado aumenta pressão sobre Copom após IPCA-15..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Câmara de SP confirma reajuste para cargos de confiança; texto deve virar lei..... 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC110 tende a reduzir a sonegação no Brasil (Artigo)..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conta de luz alta a longo prazo..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Resultados da Petrobras devem ser puxados pela valorização do barril..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Desgaste nas eleições de 2022..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Bolsonaro apela aos fantasmas - BRUNO BOGHOSSIAN..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
ECONOMIA

CPI lança peso adicional sobre Bolsonaro em cenário de crise..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Oposição tenta desidratar PEC dos precatórios, e votação é adiada..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Furo no teto por eleição não garante nem comida para os mais pobres..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Prévia da inflação de outubro sobe 1,20%, e índice volta a acelerar..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

País derrete com juros de Jair e Guedes (Artigo)..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Muito mais que uma "conversinha" (Editorial)..... 26

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Redes sociais devem punir Bolsonaro, mas não bani-lo (Editorial) ..... 28

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

BC precisa demonstrar senso de urgência para domar inflação (Editorial) ..... 29

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
ECONOMIA

PEC que muda teto de gastos permite fundo eleitoral de R\$ 5 bilhões ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Emprego formal cresce, mas abaixo do esperado ..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Interrupção de cadeias globais e custo do petróleo devem dominar G-20 ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Rejeição da PEC dos precatórios pode resgatar teto de gastos (Editorial) ..... 33

# Arrecadação federal sobe 12,8% e chega a R\$ 149,1 bilhões, recorde para setembro

A **inflação** ajudou a **Receita Federal** a registrar uma arrecadação de R\$ 149,1 bilhões em setembro, valor recorde para o mês. O resultado representa um crescimento real de 12,8% na comparação com setembro do ano passado.

Os dados foram divulgados pelo Ministério da Economia nesta terça-feira (26). No acumulado de janeiro a setembro, a arrecadação de **impostos** somou R\$ 1,348 trilhão, alta real de 22,3% na comparação com o mesmo período do ano passado (e também recorde para o período).

O resultado apresentado pela Receita é atualizado pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), mas analistas afirmam que boa parte dos números "escapa" desse ajuste.

A prévia da **inflação** (o IPCA-15), divulgada nesta terça, acumula alta de 10,34% em 12 meses. Já os preços da gasolina, por exemplo, subiram 40,44% no mesmo período.

Juliana Damasceno, especialista em contas públicas do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), afirma que o IPCA não é capaz de ajustar totalmente os números e que, por isso, boa parte da base da arrecadação ainda está afetada por efeitos inflacionários.

"A grande questão é que o IPCA é um índice, não é capaz de corrigir toda a base, que é muito diferente", afirma. Damasceno diz que a **inflação**, assim como outros fatores conjunturais (como a demanda por commodities), deve continuar ajudando a arrecadação nos próximos meses. "Sem sombra de dúvidas, a gente não pode falar em recuperação estrutural", afirma.

Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, afirma que alguns **tributos** têm um desempenho semelhante à **inflação** do produtor (os IGPs, que estão mais altos). Ao serem ajustados pela **inflação** do consumidor (IPCA, mais baixos), os resultados acabam parecendo melhores do que são.

Ele lembra que, enquanto o IGP-M apresenta alta acumulada em 12 meses de 24,86%, o IPCA aponta para uma alta de 10,25% no mesmo período de comparação.

"De fato, há um efeito estatístico que superestima os números da arrecadação", afirma. "Como a **inflação** impulsiona as bases de tributação, utilizar um índice de **inflação** que não é representativo acaba contribuindo para resultados mais expressivos", afirma Imaizumi.

Questionada sobre o assunto em entrevista virtual, a Receita afirma que deduz o efeito inflacionário usando o IPCA e defende a metodologia dizendo que esse é indicador oficial da **inflação** e que ele representa uma cesta de produtos aplicável ao consumo do brasileiro.

A arrecadação federal tem apresentado desempenho acima do esperado pelo governo, o que tem sido usado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) para tentar justificar medidas sob críticas de analistas.

Entre elas, estão a proposta de alteração no Imposto de Renda. Mais recentemente, Guedes passou a usar o crescimento das receitas para defender a aceleração de despesas em ano eleitoral -o que deve gerar também um drible no teto de gastos.

"É natural que, em vez de R\$ 300, o governo fale "bom, então vou gastar R\$ 400; vou gastar mais um pouco, já que a arrecadação subiu", afirmou Guedes na semana passada.

Apesar da argumentação do ministro, a elevação da arrecadação em 2021 não é garantia do mesmo desempenho para os anos seguintes. Além disso, o aumento de receitas não tem influência no teto de gastos.

Na avaliação da Receita, o resultado do ano tem refletido a melhora nos indicadores econômicos ligados a serviços e ao valor em dólar das importações (favorecido pelo real depreciado).

Por outro lado, fatores como as dificuldades na produção industrial ainda limitam os números.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

11

# Empresas puxam arrecadação recorde

***Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)**

# Mercado aumenta pressão sobre Copom após IPCA-15

*Victor Rezende, Marcelo Osakabe, Felipe Saturnino e  
Anais Fernandes De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047)

# Câmara de SP confirma reajuste para cargos de confiança; texto deve virar lei



Servidores municipais de SP protestaram durante sessão que aprovou aumento a indicados políticos

LEVY TELES, DAVI MEDEIROS

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou na noite de ontem, em segundo turno, o projeto de lei apresentado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) que até dobra os salários de servidores comissionados, que são nomeados por indicação política. O projeto segue agora para a sanção de Nunes e virar lei.

A proposta, que obteve 35 votos favoráveis e 20 contrários, foi apresentada pelo Executivo com a justificativa de que é necessário modernizar a legislação atual e valorizar o servidor que exerce funções de grande responsabilidade, como a gestão de contratos milionários, por exemplo. O projeto aprovado também aumenta o valor pago a subprefeitos, secretários adjuntos e chefes de gabinete.

Hoje, um funcionário comissionado da Prefeitura de São Paulo recebe até R\$ 5,5 mil. Quando o projeto aprovado ontem virar lei municipal, esse valor passará a R\$ 10,8 mil. A proposta também extingue cerca de 38 mil cargos já vagos.

"O projeto reorganiza cargos e favorece servidores concursados de São Paulo. Valorização a gente quer para todos, sim. Mas é passo a passo, projeto a projeto. Vamos continuar buscando valorização dos **servidores públicos** municipais", disse o vereador Fábio Riva (PSDB), líder do governo. "O mercado de trabalho fora do campo público é muito tentador.

E como a gente consegue atrair essas pessoas? É mostrando através de uma remuneração condizente às responsabilidades a importância do cargo", completou.

A Prefeitura da capital paulista tem hoje cerca de 5 mil cargos comissionados. Metade deles é ocupado por funcionários efetivos, que são deslocados para funções de chefia.

A proposta aprovada em segunda votação representa aumentos significativos também para cargos de chefia. Os 32 subprefeitos, por exemplo, recebem hoje R\$ 19,3 mil. Com o aumento aprovado, esse valor passará a R\$ 26,6 mil - alta de 37%. Para os secretários adjuntos o salários saltarão de R\$ 18,3 mil para R\$ 24,9 mil **PROTESTO. Servidores públicos** municipais protestaram contra o projeto de lei que aumenta salários de comissionados ao longo de toda a sessão.

A principal crítica dos manifestantes e da oposição é o fato de o governo querer aumentar o salário de indicados políticos ao mesmo tempo que buscou aprovar uma reforma da Previdência que afeta os servidores.

Numa sessão inflamada, vereadores discutiram entre si e com manifestantes que estavam presentes na sessão da Câmara.

"Seria mais prudente que fizessem novos concursos, convocassem quem está na lista de espera de concursos", afirmou o vereador Senival Moura (PT).

A proposta que dobra salários de indicados político, e concede aumento de até 37% a cargos de chefia, faz parte de um conjunto de mudanças administrativas propostas pela gestão de Ricardo Nunes. Dividida em três projetos já encaminhados à Câmara Municipal, a reforma idealizada pela Prefeitura de São Paulo tem impacto previsto de R\$ 1,1 bilhão em 2022.

Haddad vê "diferenças" com programa de Boulos e descarta união

O ex-ministro e ex-prefeito de São Paulo, Fernando

Haddad (PT), afirmou ontem que descarta uma união da esquerda na largada da disputa pelo governo do Estado em 2022. Haddad considera que não há espaço para uma campanha conjunta com o pré-candidato do PSOL, Guilherme Boulos, no primeiro turno. "Não acredito que os votos da esquerda serão pulverizados.

Respeito Boulos e o PSOL, mas temos programas diferentes", afirmou.

"Mesmo quando uma aliança não é possível, se pavimenta o caminho para uma solução boa para o Estado e o para o País no segundo turno, o que não aconteceu em 2018. Estamos pagando um preço enorme por não ter preparado o terreno para uma solução civilizada", completou Haddad, se referindo à disputa presidencial contra Jair Bolsonaro.

Cumprindo agenda de pré-candidato, o petista participou de evento no Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo (Sindhosp). O ex-prefeito admitiu manter diálogo com um potencial adversário na disputa, o exgovernador Geraldo Alckmin (PSDB) - que participou do mesmo evento na semana passada. O objetivo das conversas, segundo ele, é tratar de "cenários" e discutir, fora do campo da esquerda, um eventual segundo turno em São Paulo no ano que vem.

"Entendemos que existe uma oportunidade de virar a página dos últimos anos, que foram de governos muito tensos, tanto no plano federal quanto estadual", afirmou.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# PEC110 tende a reduzir a sonegação no Brasil (Artigo)

**Marco Túlio da Silva, Sara Teixeira**

Auditor fiscal da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais e membro da Comissão Tributária da Federação Brasileira das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite)

Vice-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais (Affemg)

Uma reforma ampla da tributação sobre o consumo, como a apresentada pela PEC 110, tem consequências diversas que impactam de forma distinta os cidadãos, empresas e governo. Do ponto de vista da arrecadação e do financiamento dos serviços públicos, uma das mudanças mais significativas que a PEC pode trazer é a redução da sonegação de **tributos**.

Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) estima que o país deixa de arrecadar R\$ 417 bilhões por ano em consequência da sonegação de **impostos**. Abstraindo do debate quanto à metodologia e números do estudo, é fato que várias análises convergem para uma sonegação de **impostos** superior a 10% do **PIB** tributável no país.

Diversos são os fatores que contribuem para a sonegação: percepção do imposto como mero elemento de custo, baixa confiança da sociedade no governo, baixas ou pouco efetivas penalidades aplicáveis ao sonegador, alta carga tributária e limitações e custo para auditar e fiscalizar.

Para piorar, o atual sistema tributário, em especial de tributação sobre o consumo, incorpora complexidades que favorecem comportamentos tendentes a reduzir o pagamento de **impostos**.

Por exemplo, a diversidade de alíquotas e de tratamentos tributários específicos, cuja aplicação depende de identificação do produto e até de sua utilização, acaba justificando mudanças nos produtos ou no enquadramento tributário para possibilitar pagamento menor de imposto.

Também, a apropriação de créditos de imposto não recolhido na origem, seja por renúncia fiscal ou por serem oriundos de empresas de fachada, estruturadas com a finalidade de emitir documentos fiscais sem que

as operações tenham ocorrido e o imposto pago, implica pagamento menor de imposto.

Esses e diversos outros desvios de comportamento, inclusive a sonegação de **impostos**, suprimem recursos que poderiam ser empregados em saúde, segurança e educação, além de elevar os esforços e custos de fiscalização e auditoria.

A propósito, estudo de Felipe Clemente e Vi-viani Silva Lírio, "Evidências internacionais de sonegação fiscal: Uma análise a partir do modelo de Graetz, Reinganun e Wilde", aponta que o alto índice de sonegação eleva os custos de auditoria e fiscalização e que "o custo de auditoria impacta na probabilidade do agente de sonegar. Por isso, políticas que diminuam esse custo são bem-vistas para mitigar o problema da evasão fiscal".

Mas alguns dos problemas aqui apontados, inclusive a sonegação, podem ser mitigados com a **reforma tributária**, em tramitação no Senado Federal.

Para isso, é fundamental que a reforma seja implementada com alíquota única ou poucas alíquotas, e mais, que o crédito do imposto seja condicionado a que o pagamento tenha sido efetivado anteriormente.

Essas soluções vão eliminar a "fabricação de créditos do imposto", desestimular a criação de empresas de fachada com a finalidade de fabricar créditos de imposto, e o uso de uma ou poucas alíquotas reduzirá as manobras de enquadramento tributário. Com isso, é possível reduzir custos da administração tributária com auditoria e fiscalização e aumentar a capacidade de combate a subterfúgios infracionais, reduzindo a sonegação.

Referidas medidas serão boas para o cidadão, pois haverá mais recursos disponíveis para a prestação dos serviços públicos; para o Brasil, que modernizará a tributação sobre o consumo, reduzirá o déficit de fiscalização e auditoria tributárias e aproximará a arrecadação potencial da efetiva; e para o mercado, que terá um sistema mais simples e com menor sonegação, possibilitando uma concorrência mais leal e efetiva, o que também é bom para o consumidor.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Conta de luz alta a longo prazo

**MANOEL VENTURA [manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br](mailto:manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br)  
BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Resultados da Petrobras devem ser puxados pela valorização do barril

*André Ramalho Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)

## Desgaste nas eleições de 2022



**JORGE VASCONCELLOS RAPHAEL FELICE**

As investigações da CPI da Covid chegaram ao fim, mas senadores do grupo majoritário da comissão, formado por independentes e opositoristas, ainda devem causar muita dor de cabeça para o presidente Jair Bolsonaro. Eles criaram um observatório para acompanhar de perto os desdobramentos judiciais e políticos do relatório final, aprovado, ontem, com pedidos de indiciamento do chefe do governo e de mais 79 investigados. Assim, o Planalto deve sofrer ainda mais desgastes, com possíveis reflexos nas eleições presidenciais de 2022.

Os integrantes do grupo majoritário, também chamado G7, organizaram uma agenda para entregar o relatório final das investigações a várias autoridades, entre as quais, duas que são próximas de Bolsonaro - o procurador-geral da República, Augusto Aras, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Os

senadores pretendem transformar cada uma dessas ocasiões em um ato político contra o governo e o presidente.

As repercussões da CPI devem se somar a outros fatores que têm empurrado para baixo a popularidade de Bolsonaro, como desemprego recorde, **inflação** em alta, aumento da pobreza e da fome no país. Internamente, aliados do Planalto admitem até mesmo a possibilidade de o chefe do governo não conseguir passar para o segundo turno das eleições.

Senadores governistas, como Eduardo Girão (Podemos-CE), demonstraram preocupação com possíveis repercussões na próxima corrida presidencial. No entanto, Alessandro Vieira (Cidadania-SE) que, recentemente, se lançou pré-candidato ao Planalto, negou que a CPI tenha atuado de forma eleitoreira. "Os indiciamentos são baseados em fatos. O grupo majoritário da CPI tem unanimidade na imensa maioria dos pontos colocados pelo relator", destacou. "A CPI chegou à constatação de que nós temos um presidente criminoso, mas, claro, qualquer manifestação do Parlamento, em especial, em CPI, faz parte da política, mas isso é uma consequência dos atos governo", enfatizou.

#### Dificuldade

Na opinião do cientista político André Rosa, a imputação de nove crimes a Bolsonaro terá reflexos em 2022. "Acredito que não dê mais tempo para o presidente sofrer impeachment ou que sofra algum processo na Justiça, mas o grande impacto que a CPI vai causar é o eleitoral", disse. "Com as denúncias e revelações, Bolsonaro terá um grau de dificuldade muito maior para ganhar a eleição e até de chegar ao segundo turno."

Segundo ele, a CPI será objeto de grande repercussão nas disputas em 2022 e, também, na formação das preferências do eleitor na hora de votar. "Tal como a Operação Lava-Jato, que impulsionou a candidatura de Jair Bolsonaro, será a covid-19 que proporcionará aos concorrentes o combustível da propagação de campanha negativa em detrimento da gestão do atual presidente", ressaltou. "Outro grande impacto que, certamente, vai tirar votos de Bolsonaro será o tempo desperdiçado tentando defender a gestão da pandemia, tendo menor espaço para defender possíveis avanços do seu mandato", acrescentou.

#### Outros pedidos de indiciamento

Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde e assessor da SAE » Epidemia com resultado morte » Emprego irregular de verbas públicas » Prevaricação » Comunicação falsa de crime » Crimes contra a

humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos

Marcelo Queiroga, ministro da Saúde » Epidemia com resultado morte » Prevaricação

Onyx Lorenzoni, ministro do Trabalho e Previdência » Incitação ao crime » Crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos

Walter Braga Netto, ministro da Defesa » Epidemia com resultado morte

Wagner Rosário, ministro da Controladoria-Geral da União » Prevaricação

Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores - epidemia com resultado morte e incitação ao crime

POLÍTICOS Ricardo Barros, deputado » Incitação ao crime » Advocacia administrativa » Formação de organização criminosa » Improbidade administrativa

Flávio Bolsonaro, senador - incitação ao crime

Eduardo Bolsonaro, deputado - incitação ao crime

Carlos Bolsonaro, vereador - incitação ao crime

AMAZONAS Wilson Lima, governador do estado - epidemia com resultado morte, prevaricação, crimes de responsabilidade

Marcellus Campêlo, secretário de Saúde do estado - prevaricação

Cármem Lúcia cobra PGR

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, deu prazo de 15 dias para que a Procuradoria-Geral da República esclareça "eventuais diligências ou apurações preliminares" tomadas no âmbito de notícia-crime que pede a investigação do presidente Jair Bolsonaro em razão de ameaças feitas pelo chefe do Executivo em discursos golpistas durante atos no 7 de Setembro. A notícia-crime foi apresentada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que imputou a Bolsonaro crimes de atentado contra a ordem constitucional, o Estado democrático de direito e a separação de Poderes. Na ocasião, o chefe do Executivo ameaçou descumprir decisões do Supremo e exigir a deposição do ministro Alexandre de Moraes, integrante da Corte.

# Bolsonaro apela aos fantasmas - BRUNO BOGHOSSIAN

**BRUNO BOGHOSSIAN**

Jair Bolsonaro deve chegar ao ano eleitoral com a inflação nas alturas, a economia em marcha lenta, promessas de campanha descumpridas e um indiciamento nas costas por crime contra a humanidade. Com poucos argumentos para pedir mais um mandato nas urnas, o presidente agita velhos fantasmas e tenta conquistar votos pelo medo.

Percebe-se que o governo não tem nada a apresentar quando Bolsonaro apela para a ladainha do perigo socialista no Brasil. Nesta terça (26), o presidente usou refugiados venezuelanos como figurantes dessa plataforma política. Em Roraima, ele visitou um desses grupos, fez referência a governos de esquerda e disse que a miséria no país vizinho era resultado de "escolhas erradas".

"É aquele pessoal do Foro de São Paulo, sempre enganando o povo, induzindo as pessoas a ir para a esquerda, se associar ao socialismo", afirmou Bolsonaro, num vídeo produzido para as redes sociais. "Governos de esquerda no passado ajudaram a chegar lá isso que está na Venezuela, que nós nos preocupamos que não aconteça no Brasil."

O primeiro alvo do presidente nessa campanha é óbvio: o antipetista delirante que enxerga na ditadura venezuelana o espelho de um futuro governo Lula. Bolsonaro quer convencer esse eleitor a ignorar o vazio de seu mandato, uma vez que reelegê-lo seria a única maneira de evitar a volta da esquerda ao poder.

O presidente também tenta desarmar outra bomba ao associar a miséria à coloração do regime da Venezuela. Bolsonaro quer passar aos mais pobres a mensagem de que um governo de esquerda produziria mais fome, num esforço para reduzir sua desvantagem no embate eleitoral com Lula na área social.

Na campanha de 2018, Bolsonaro teve sucesso ao elevar às alturas a estridência do antipetismo e se vender como uma barreira fundamental para conter a esquerda. Desta vez, aquelas assombrações podem não ser suficientes para garantir sua vitória. O presidente será julgado nas urnas pela catástrofe que produziu.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

11

# CPI lança peso adicional sobre Bolsonaro em cenário de crise

**Bruno Boghossian BRASÍLIA**

Aliados de Jair Bolsonaro duvidavam dos impactos políticos da CPI da Covid. Quando a investigação começou, em abril, os governistas diziam que o avanço inevitável da vacinação daria um alívio ao país na pandemia e neutralizaria o peso dos fatos que seriam explorados pela comissão.

Para esses operadores do governo, ainda que o presidente tivesse feito uma campanha aberta contra os imunizantes, as doses seriam aplicadas, os recordes de mortes ficariam para trás e a economia voltaria a rodar. Bolsonaro, segundo essa lógica, poderia ser absolvido pelo tribunal da opinião pública.

O fim da CPI deve lançar o presidente no cenário oposto. O Brasil imunizou mais de 110 milhões de pessoas, mas o trabalho da comissão reforçou as marcas do fracasso do governo em múltiplos aspectos da gestão da pandemia e agora encontra um país com todos os sinais de uma economia em crise.

O relatório final da CPI forma uma combinação incômoda para Bolsonaro. O texto da comissão indica a responsabilidade direta do governo pela catástrofe sanitária no momento em que a população aponta o dedo para o presidente pelo sufoco da economia.

O pedido de indiciamento de Bolsonaro por nove crimes tende a dormir nas gavetas de Brasília antes de dar origem a processos contra ele, mas terá um efeito político.

Os depoimentos e fatos apresentados pela CPI, organizados no relatório, devem se tornar pontos vivos do debate público, inclusive no ano eleitoral.

O texto final da comissão desmonta algumas das distorções que Bolsonaro costuma apresentar em busca de proteção -como os argumentos de que o governo comprou milhões de imunizantes, respeitou a autonomia de médicos que receitavam medicamentos ineficazes e foi impedido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) de agir durante a crise.

A CPI, porém, apontou que o governo ignorou contatos de fabricantes de vacinas, apoiou ativamente a distribuição de hidroxicloroquina e investiu numa estratégia deliberada de contaminação pelo

coronavírus.

Esses tópicos representam um custo adicional para Bolsonaro numa arena política cada vez mais carregada pelos efeitos das dificuldades econômicas.

O avanço da **inflação** e as incertezas sobre a recuperação do emprego tendem a cobrar um preço do governo até a corrida pela reeleição em 2022.

Atualmente, o Datafolha aponta que 41% dos eleitores veem "muita responsabilidade" da gestão Bolsonaro na alta de preços, e outros 34% enxergam "um pouco de responsabilidade".

O peso duplo recai sobre um presidente que tentou, a todo custo, se livrar dos danos políticos que poderiam ser causados tanto pela má gestão sanitária como pela desaceleração econômica.

Bolsonaro investiu contra medidas de proteção porque acreditava que a interrupção das atividades durante as fases mais dramáticas da pandemia drenaria seu poder.

O presidente até conseguiu segurar os índices de aprovação na primeira onda da crise, quando o país passou dos 100 mil mortos. Ainda expandiu sua popularidade no momento em que o auxílio emergencial de R\$ 600 seguiu a barra da população de baixa renda.

O que se viu depois, no entanto, sugere que um governante pode até preservar força quando há muitas mortes e muito dinheiro em circulação, mas passa por maus bocados se as vítimas se acumulam e o bolso fica vazio.

A primeira queda significativa de popularidade de Bolsonaro na pandemia ocorreu em janeiro, com a interrupção do pagamento do auxílio. A aprovação ao trabalho do presidente caiu de 37% para 31%.

O segundo baque foi registrado em maio, depois que o valor do benefício foi reduzido e o Brasil enfrentou uma violenta segunda onda da pandemia. A popularidade de Bolsonaro desabou para 24% e, meses depois, foi a 22%.

Desde o início da crise, o presidente agiu com

convicção para se livrar dos prejuízos que poderiam ser provocados pela freada na economia e para abrir mão da responsabilidade pela tragédia da doença. Os sinais disponíveis até agora sugerem que um problema pode potencializar o outro.

A situação econômica é um fator-chave dos humores da população. Uma crise com impacto direto no bem-estar do eleitorado costuma levantar dúvidas sobre a permanência dos governantes no poder por mais um mandato.

Tudo o que um presidente não quer, numa hora dessas, é que outros questionamentos se somem à inquietação principal. O resultado trágico do país na pandemia, formatado no relatório da CPI, já se tornou um fator adicional nesse ambiente.

Bolsonaro ainda busca algum resguardo. O consórcio entre o presidente e o núcleo político liderado pelo centrão trabalha por um alívio na pressão econômica com o aumento temporário do Bolsa Família. A medida pode ajudar, mas será insuficiente para cobrir todos os segmentos vulneráveis que receberam o auxílio emergencial.

Mais difícil será se livrar do histórico que o governo construiu no enfrentamento à doença. O próprio Bolsonaro faz questão de reforçar as conclusões da CPI. O presidente mostrou que continuará usando como armas o ataque aos adversários, a desinformação e o desestímulo à vacinação.

[...]

Fatos apresentados pela CPI devem se tornar pontos vivos do debate público, inclusive no ano eleitoral

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

**11**

# Oposição tenta desidratar PEC dos precatórios, e votação é adiada

**Thiago Resende, Danielle Brant e Washington Luiz**  
**Brasília**

A oposição ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) quer derrubar parte da proposta que cria um teto para o pagamento de precatórios -dívidas reconhecidas pela Justiça- e abre mais espaço no Orçamento para gastos em ano eleitoral.

Para tentar garantir a aprovação do projeto, aliados do governo se reuniram com bancadas partidárias, buscando alinhar a base do Palácio do Planalto. A previsão é que agora o projeto seja votado nesta quarta-feira (27) no plenário da Câmara.

A decisão da oposição e o adiamento da votação, que era esperada para esta terça (26), foram antecipados pela coluna Paineis.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) foi aprovada na noite de quinta-feira (21) na comissão especial da Câmara. Agora, o texto precisa do apoio de pelo menos 308 votos dos 513 deputados em votação em dois turnos.

Inicialmente, a PEC foi editada para alterar as regras de pagamento de precatórios. Foi incluído no texto, porém, um dispositivo para driblar a regra do teto de gastos. Isso garante mais recursos ao governo já em 2022, ano em que Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

Nos bastidores, líderes governistas e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atuam para alcançar o placar necessário na votação e garantir que o governo tenha dinheiro para gastar mais no ano que vem. Para isso, se reuniram com representantes de partidos da base e independentes para explicar a proposta e fazer um balanço prévio dos votos.

O conjunto das alterações previstas -mudança na regra dos precatórios e no teto - cria um espaço orçamentário de R\$ 83 bilhões no ano eleitoral de 2022, de acordo com o relator da PEC, deputado Hugo Motta (PB), que é líder do Republicanos.

Esses recursos viabilizam a ampliação do Auxílio Brasil, o novo programa social com a marca de Bolsonaro, além de permitir mais dinheiro para o fundo de financiamento das eleições e emendas

parlamentares, que são usadas por deputados e senadores para enviar verba para obras e projetos em suas bases eleitorais.

Partidos de oposição, como o PT, se posicionaram contra a parte da proposta que adia o pagamento de precatórios. "Isso vai criar uma bola de neve. Os precatórios têm que ser pagos", disse o vice-líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini (SP).

"Essa ideia é fiscalmente irresponsável", afirmou o líder da oposição, deputado Alessandra Molon (PSB-RJ).

A PEC cria um limite para despesas com sentenças judiciais dentro do teto de gastos -regra que impede o crescimento das despesas acima da **inflação**. Pela proposta, a parcela excedente a esse limite será paga futuramente ou pode, em condições específicas, ser quitada fora do teto de gastos.

O cálculo do limite de pagamento de precatório previsto no projeto usa como base o montante pago em sentenças judiciais em 2016 (ano de criação do teto de gastos federais) e o corrige pela **inflação**. O valor resultante passaria a ser o máximo a ser pago pela União em precatórios dentro do teto.

Essa medida, segundo o relator, tem potencial de retirar do teto de gastos cerca de R\$ 44 bilhões no Orçamento de 2022.

A outra medida, que trata da alteração no cálculo do teto, permite uma expansão de aproximadamente R\$ 39 bilhões nos gastos do próximo ano. Partidos de oposição criticam o limite de despesas federais desde a criação da norma fiscal e, portanto, planejam votar a favor da flexibilização do teto.

Motta se reuniu nesta terça com representantes da oposição. Apesar das divergências, o relator disse que não pretende fazer alterações no texto. "Vou discutir com os técnicos do governo, mas a ideia é votar no plenário o texto que passou pela comissão".

O relator e aliados do governo também conversaram com deputados da base e independentes ao governo. O objetivo foi explicar a proposta e fazer um balanço de votos antes da sessão no plenário.

Nesta terça, Lira falou sobre o adiamento da votação. "As incertezas até a aprovação do texto vão continuar, as versões vão continuar, mas amanhã [quarta] nós teremos um texto aprovado ou não, para dar uma solução ao espaço discricionário do teto, e a criação de um programa temporário", disse Lira, se referindo ao Auxílio Brasil.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49711>

A decisão de adiar também teve relação com o quórum da sessão, de cerca de 400 deputados. Como o mínimo para aprovar a PEC eram 308 votos, Lira poderia amargar nova derrota caso insistisse em pautar o texto -na semana passada, a PEC que mudava a composição do Conselho Nacional do Ministério Público foi rejeitada por n votos.

O presidente da Câmara negou haver resistências ao texto dos precatórios e também criticou a inclusão de professores na discussão.

Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas ganharam na Justiça o direito de receber R\$ 15,6 bilhões relativos a dívidas de repasses do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

"O débito ou repasses desse percentual de professores vai caber aos estados e municípios, nós não estamos mexendo nessas situações", disse Lira.

No Senado, além da reação negativa do mercado, parlamentares contrários à PEC afirmam que ela desviará recursos que seriam destinados para a educação. Apesar dessas resistências, líderes do governo e de partidos independentes no Senado consideram que o projeto alcançará os 49 votos necessários para aprovação e que o mais difícil, no momento, é a votação na Câmara.

Eles avaliam que a possibilidade de beneficiar governadores com o chamado encontro de contas vai facilitar a apreciação da proposta no Senado. Pelo mecanismo, os contratos, acordos, ajustes, convênios, parcelamentos ou renegociações de débitos firmados pela União com os entes federativos poderão ser abatidos nos precatórios dos valores devidos pela União.

O fato de a PEC abrir espaço para bancar o novo programa social também é visto como capaz de influenciar na decisão dos senadores.

"Acredito que teremos apoio para aprovar. Estamos tratando de uma questão social, em um momento difícil", afirma o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO).

**Site:**

# Furo no teto por eleição não garante nem comida para os mais pobres

**Ranier Bragon e Danielle Brant**

Tratada no governo como a boia salva-vidas para a tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro, o programa que vai substituir o Bolsa Família nasce com valor nominal mais que o dobro do atual, mas a corrosão da **inflação** e os anos sem reajuste mantêm o benefício insuficiente para a compra de uma cesta básica mensal.

A ideia do governo é que o Auxílio Brasil, aposta para atrair o eleitorado de baixa renda, seja de ao menos R\$ 400 de novembro deste ano até dezembro de 2022. Após isso, não há garantia de que esse valor será mantido.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), uma cesta básica individual mensal com 13 grupos alimentares custava em média R\$ 497 em sete capitais do Norte e Nordeste (Belém, Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador), em setembro.

Ou seja, ainda a depender da variação inflacionária de outubro, o valor que será pago para a maioria das famílias no Auxílio Brasil representará cerca de 80% do valor da cesta básica necessária para a alimentação saudável de um adulto nessas capitais.

Em uma casa com dois adultos e duas crianças, por exemplo, seriam necessários cerca de R\$ 1.500 (o Dieese considera meia cesta por criança).

A análise do benefício desde 2004-quando o programa foi criado- até agora mostra que o valor médio nunca foi suficiente para a compra de todos os itens da cesta calculada pelo Dieese.

A média do governo Lula (2003-2010) foi de 47% de uma cesta, no de Dilma Rousseff (2011-2016), 55%, Michel **Temer** (2016-2018), 50%, e Bolsonaro, 47% (excluídos os meses de pagamento do Auxílio Emergencial).

Embora tenha havido reajustes em anos eleitorais no passado, o aumento pretendido por Bolsonaro a partir de novembro é o maior deles e tem prazo para acabar em dezembro de 2022, ou seja, dois meses após a disputa em que deve tentar a reeleição.

Hoje, o benefício médio concedido pelo Bolsa Família gira em torno de R\$ 190 e atende a cerca de 14 milhões de famílias. Além do aumento, o governo quer que o Auxílio Brasil alcance quase 17 milhões de famílias.

A fonte dos recursos para financiar o pagamento não foi anunciada, nem qual o valor que cada família beneficiada vai receber a partir de janeiro de 2023 -em tese, elas voltarão para o valor fixo, que deve ir para algo em torno de R\$ 220, segundo o governo.

O Bolsa Família não é reajustado desde julho de 2018, quando a gestão **Temer** deu aumento médio de 5,67%, na véspera do Dia do Trabalho.

A **inflação** acumulada desde então, de julho de 2018 até setembro deste ano (INPC), foi de 19,1%.

O programa tinha sofrido correções durante os governos dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Bolsonaro sempre criticou o Bolsa Família como deputado federal. Ele dizia que programas como Bolsa Escola e Bolsa Família serviriam apenas para incentivar os pobres a ter mais filhos e, assim, aumentar a fatia de benefícios.

"Só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsas do governo", afirmou em novembro de 2013 no plenário da Câmara.

Na corrida presidencial, mudou o discurso. Em 2019, pagou 13o salário aos beneficiários, promessa de campanha. Na prática, isso levou a um ganho real de 3,6% naquele ano.

A socióloga Letícia Bartholo, especialista em políticas públicas e gestão governamental e ex-secretária-adjunta nacional de Renda de Cidadania (2012-2016), afirma que o jeito com que o governo trabalhou a questão transmite à população uma situação de "insegurança de renda".

"A cada dia o benefício tem um valor, a gente não sabe por que R\$ 400, porque não foram apresentados

estudos de impacto sobre a pobreza e desigualdade, nem estudo sobre impacto orçamentário. A sensação que pode estar sendo transmitida é de insegurança de renda. Você não sabe quando vai poder contar com esse benefício ou não, e qual o valor ele terá."

Ela diz achar difícil disfarçar a motivação eleitoral da ampliação temporária do programa.

"A impressão é de quase estar brincando com a pobreza, como se fosse um leilão. Não importa a segurança de renda das famílias, importa a minha motivação eleitoral. Vai ser um grande susto para as famílias mais pobres [caso haja a redução em 2023], com impactos claros na alimentação delas, no bem-estar"

Desde o início do programa, o benefício teve, até março deste ano (último mês sem auxílio emergencial), correção de 156%, similar ao do INPC (153%). Já a cesta básica medida pelo Dieese nas capitais do Norte e Nordeste subiu 243%.

A economista Patrícia Costa, supervisora das pesquisas de preço do Dieese, afirma que embora seja positivo o aumento do benefício em um período de pandemia e de desemprego alto, é preciso que a **inflação** de alimentos seja controlada e a economia melhore, para que o reajuste não tenha efeitos efêmeros.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

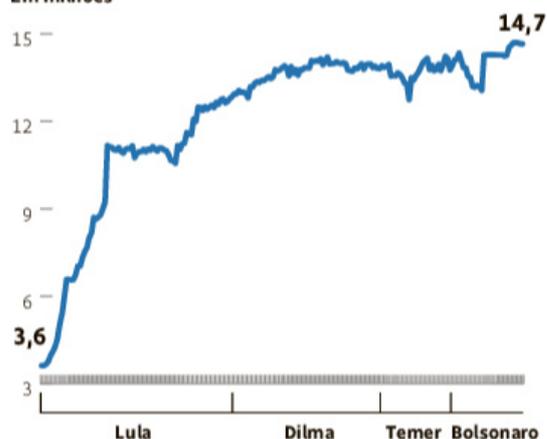
11

## Valor médio do Bolsa Família e o custo da cesta básica

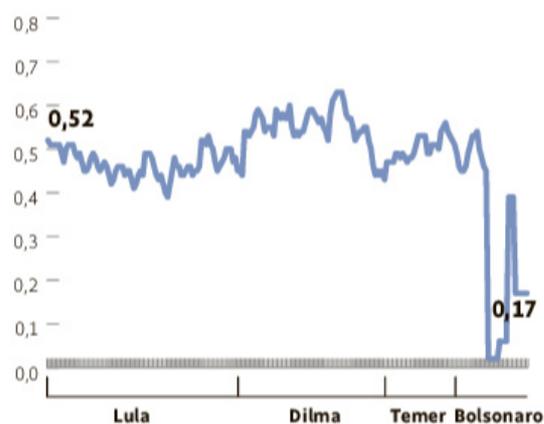
R\$ 400 reais prometidos por Bolsonaro representam 80% da média de uma cesta básica em sete capitais do Norte e Nordeste

### Nº de famílias beneficiadas

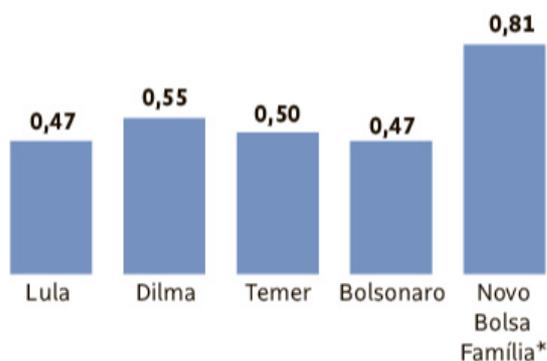
Em milhões



Quantidade de cestas básicas compradas com o valor médio do benefício  
De abril a dezembro de 2020 e a partir de abril de 2021 foi pago Auxílio Emergencial



Média



\*Considerando o valor de R\$ 400, com base no valor médio da cesta básica de setembro  
Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério da Cidadania e Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

# Prévia da inflação de outubro sobe 1,20%, e índice volta a acelerar

**Leonardo Vieceli**

Com a pressão da energia elétrica, a prévia da **inflação** oficial voltou a acelerar e surpreendeu analistas no país. Em outubro, o indicador teve variação de 1,20%, a maior para o mês desde 1995 (1,34%).

Os dados são do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15), divulgado nesta terça-feira (26) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado mensal ficou acima das projeções do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam variação de 1% em outubro. No mês anterior (setembro), o IPCA-15 havia registrado taxa de 1,14%.

Com o novo resultado, a prévia da **inflação** atingiu 10,34% no acumulado de 12 meses. No acumulado anterior, até setembro, o IPCA-15 já estava em dois dígitos (10,05%).

Em outubro, houve variações positivas em oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE.

O maior impacto (0,43 ponto percentual) e a maior variação (2,06%) vieram do grupo de transportes. A segunda maior contribuição foi de habitação (0,30 p.p.), que subiu 1,87%.

Na sequência, apareceu o segmento de alimentação e bebidas (0,29 p.p.), cuja alta foi de 1,38%.

Segundo o IBGE, a energia elétrica (3,91%), que pertence ao grupo de habitação, respondeu pelo maior impacto individual (0,19 p.p.) no IPCA-15 de outubro. A alta decorreu, em grande medida, da vigência da bandeira tarifária de escassez hídrica, diz o instituto.

Essa bandeira, que encarece as contas de luz, passou a valer em setembro. O cálculo do IPCA-15 abrange o período do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência, que, neste caso, foi outubro. Logo, a cobrança adicional na energia elétrica teve efeito no resultado do décimo mês do ano.

Dentro dos transportes, o destaque veio das

passagens aéreas, que tiveram alta de 34,35% e impacto de 0,16 ponto percentual. O resultado desse grupo ainda foi influenciado pela alta nos preços dos combustíveis (2,03%).

A gasolina subiu 1,85% e acumulou variação de 40,44% nos últimos 12 meses. Os demais combustíveis também avançaram: etanol (3,20%), óleo diesel (2,89%) e gás veicular (0,36%).

O índice oficial de **inflação** do país é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), outro indicador calculado pelo IBGE.

O IPCA-15, pelo fato de ser divulgado antes, sinaliza uma tendência para os preços. Por isso, é conhecido como uma prévia.

Em 12 meses, o IPCA-15 registra variação (10,34%) bem superior à meta perseguida pelo BC (Banco Central) para o IPCA. O teto da meta em 2021 é de 5,25%. O centro é de 3,75%.

A preocupação de parte dos analistas com o cenário macroeconômico cresceu na semana passada, após o governo Jair Bolsonaro (sem partido) decidir driblar o teto de gastos para pagar o Auxílio Brasil de R\$ 400, entre outras despesas, como emendas parlamentares.

Segundo eles, o ruído fiscal traz incertezas sobre as contas públicas, pressionando a taxa de câmbio.

Preço da carne cai pela primeira vez depois de 16 meses

Depois de 16 meses consecutivos de alta, os preços das carnes caíram em outubro, segundo o IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15), conhecido como a prévia da **inflação** oficial

Em outubro, os preços das carnes caíram 0,31%. A última queda havia sido em maio do ano passado (-1,33%).

Apesar da trégua, as carnes ainda acumulam alta de 22,06% em 12 meses. Neste ano, de janeiro a outubro, a **inflação** prévia acumulada pelo grupo é de 10,27%.

Dos 18 cortes do segmento, 12 tiveram baixa nos

preços em outubro. A maior foi na capa de filé (-1,83%). Seis cortes subiram e o maior avanço foi da picanha, 2,88%.

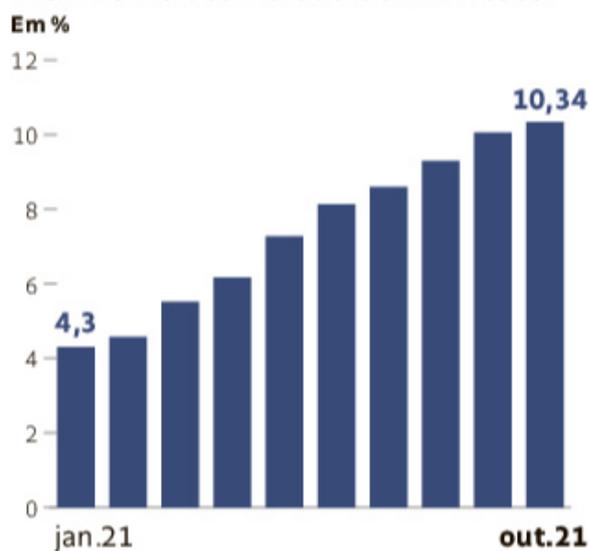
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

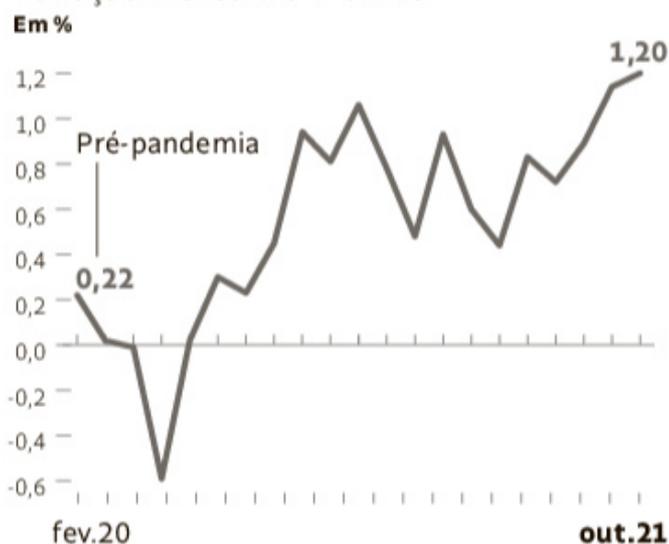
**11**

## Prévia da inflação

IPCA-15 no acumulado de 12 meses



Varição mensal do IPCA-15



IPCA-15 nas capitais

Acumulado de 12 meses, até out.21, em %

Curitiba (PR)	13,42	<div style="width: 134.2%;"></div>
Porto Alegre (RS)	11,85	<div style="width: 118.5%;"></div>
Fortaleza (CE)	11,14	<div style="width: 111.4%;"></div>
Goiânia (GO)	10,44	<div style="width: 104.4%;"></div>
Recife (PE)	10,29	<div style="width: 102.9%;"></div>
Belo Horizonte (MG)	10,19	<div style="width: 101.9%;"></div>
Belém (PA)	10,01	<div style="width: 100.1%;"></div>
Salvador (BA)	9,81	<div style="width: 98.1%;"></div>
São Paulo (SP)	9,8	<div style="width: 98%;"></div>
Rio de Janeiro (RJ)	9,14	<div style="width: 91.4%;"></div>
Brasília (DF)	9,05	<div style="width: 90.5%;"></div>

IPCA-15 nos grupos de produtos e serviços

Acumulado de 12 meses, até out.21, em %

Transportes	18,09	<div style="width: 180.9%;"></div>
Habitação	14,52	<div style="width: 145.2%;"></div>
Alimentação e bebidas	12,41	<div style="width: 124.1%;"></div>
Artigos de residência	12,21	<div style="width: 122.1%;"></div>
Vestuário	7,49	<div style="width: 74.9%;"></div>
Despesas pessoais	4	<div style="width: 40%;"></div>
Saúde e cuidados pessoais	3,46	<div style="width: 34.6%;"></div>
Educação	2,97	<div style="width: 29.7%;"></div>
Comunicação	1,09	<div style="width: 10.9%;"></div>

Fonte: IBGE

# País derrete com juros de Jair e Guedes (Artigo)

**Vinicius Torres Freire** *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Quem olhar as taxas de juros no mercado de atacado de dinheiro verá que estamos fritos no curto prazo. Mais adiante, ainda sendo otimista, verá uma névoa de incerteza com cheiro de fumaça de recessão. As taxas para empréstimos de curto prazo deram um salto, uma previsão de **inflação** alta e de que o Banco Central vai aumentar a Selic mais rápido, bidu.

A taxa de juros de um ano no atacado de dinheiro foi para perto de 11,4%, patamar para onde a Selic deve migrar até o início do ano que vem, segundo apostas, pressões e chutes informados no mercado desta terça-feira (faz duas semanas, estava em 8,9%). As taxas "mais longas" ficam altas a perder de vista, uma mistura de sinais de incerteza espessa com recessão. Não é um assunto esotérico. Essa coisa vai estourar nas nossas fuças já machucadas, que dirá na dos mais pobres.

Jair Bolsonaro, Paulo Guedes e o centrão envenenaram de vez um cenário que já azedara desde meados do ano, por culpa deles também. Sim, o sururu recente foi causado pela gambiarra, pelo casuísmo e pela incompetência do plano de derrubar o teto de gastos, tal como o fizeram. Era previsível que fosse dar besteira. Mas deu muita besteira e rápido. Agora, está na conversa até um "choque de juros".

Por incrível que pareça, quem sabe a esquerda ajude a aliviar essa barra, derrubando na Câmara os planos de Bolsonaro, Guedes e Arthur Lira. O pessoal que passava pano para o tiozão do Zap econômico dado a mentiras lunáticas talvez tenha de mandar um telegrama de felicitações para PSOL e PT. Mas isso é ainda muito especulativo, "protesto".

No atacado de dinheiro, de empréstimos entre bancos e para o governo, grosso modo, é que se fazem estimativas de juros de curto prazo, de quanto será a taxa Selic, aquela definida pelo Banco Central periodicamente, e de quanto vai custar para o governo tomar empréstimos a fim de cobrir seus déficits e rolar sua dívida. Nesta quarta-feira, vamos saber o tapa para o alto que o BC vai dar na Selic.

Em poucos dias, as taxas de juros "mais curtas" deram

um salto mortal e ficaram mais parecidas com as "mais longas" (a curva está quase "flat", plana, em nível alto). As diferentes taxas de juros para diferentes prazos formam pontos da linha de um gráfico chamado "curva de juros". Interpretar a "curva de juros" por vezes é como ler o futuro na borra de café, nas folhas de chá ou nas entranhas dos urubus. Dado o contexto imediato, parece claro que a alta foi causada pela ruína promovida por Bolsonaro, Guedes e Lira. Regredimos a algum ponto do tumulto entre 2015 e 2016.

Caso não se invente um conserto rápido, que dê conta de parte do estrago, a **inflação** será mais alta porque acham que vai ser e porque o preço do dólar não vai cair. A perspectiva de que a dívida do governo volte a crescer sem controle vai também aumentar o custo de financiamento do governo e, por tabela, da economia inteira (crédito bancário, fundos que as empresas levantam no mercado de capitais etc.).

Parte do estrago já está feita. O que ainda pode ser salvo de 2022 ou 2023 viria por meio de uma solução que permita pagar auxílio aos pobres, necessária e inevitável, com a manutenção desse teto de gastos escorado com madeira podre -sim, seria possível inventar uma espécie de teto novo, mas essa escória no poder é incapaz de fazer isso.

É fácil perceber que não está se discutindo nada de sério a respeito do que fazer do país, mas apenas como conter os danos da nova ofensiva de destruição de Bolsonaro-Guedes.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

11

# Muito mais que uma "conversinha" (Editorial)

O Brasil do ministro da Economia, Paulo Guedes, será o novo país dos sonhos dos brasileiros dispostos a emigrar, se descobrirem onde fica essa terra maravilhosa.

Depois de uma recuperação em V, esse Eldorado continuará prosperando, com muita oferta de emprego e fartura para todos, sob o cuidado de um governo eficiente, prudente e atento aos mais vulneráveis. Quem prevê estagnação ou recessão repete a "conversinha" de sempre, disse o ministro, ao comentar a piora das projeções para 2022. Essa piora se acentuou diante da disposição do presidente, com apoio de Guedes, de arrebentar o teto de gastos federais, num claro rompimento com os padrões da responsabilidade fiscal.

A economia brasileira terá contração de 0,5% no próximo ano, segundo a nova projeção do Banco Itaú. A estimativa anterior, já muito sombria, indicava expansão de 0,5%. O Banco JP Morgan reduziu de 0,4% para zero o resultado previsto para 2022, revisão igual àquela anunciada pela consultoria MB Associados. O recuo das expectativas tem ocorrido de modo amplo, no mercado, como tem mostrado a pesquisa Focus, semanalmente realizada pelo Banco Central (BC). Em quatro semanas passou de 5,04% para 4,97% a mediana das projeções do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2021.

No mesmo intervalo, o desempenho esperado para 2022 diminuiu de 1,57% para 1,40%.

A tal "conversinha" envolve, portanto, mais do que um par de grandes bancos e umas poucas consultorias. As expectativas captadas na pesquisa vêm piorando há meses. Nessa mudança, aumenta a **inflação** prevista e diminui o crescimento econômico estimado.

Os novos ataques ao teto de gastos e à disciplina fiscal deram aos analistas novos argumentos para tornar mais sombrios os seus cenários.

A gestão mais irresponsável das finanças públicas, argumentam esses analistas, aumentará a insegurança dos investidores, favorecerá a instabilidade cambial, tornará mais cara a dívida pública, alimentará a **inflação** e prejudicará o crescimento econômico. A aceleração da alta de preços aparece tanto nas projeções quanto na

experiência cotidiana e nos dados oficiais.

Divulgada um dia depois do pronunciamento ministerial sobre a "conversinha", a prévia da **inflação** de outubro confirmou o desajuste crescente no varejo de bens e serviços.

Apurado entre 15 de setembro e 13 de outubro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) subiu 1,20%. Foi a maior alta para outubro desde 1995 e o maior aumento mensal desde fevereiro de 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses a variação chegou a 10,34%. Pressionadas pelas péssimas condições de emprego e pela erosão de sua renda, agravada pelo crescente custo de vida, as famílias serão incapazes de manter o consumo necessário para sustentar uma produção robusta de bens industriais e de serviços.

O desarranjo dos preços é mais um forte argumento a favor do pessimismo nas projeções para 2022. Não há sinal de abrandamento desse desarranjo.

Ao contrário: a incerteza dos investidores, a insegurança dos empresários e a instabilidade cambial tenderão a realimentar a alta de preços, mantendo os consumidores sob pressão. Na terça-feira, a divulgação do IPCA-15 reforçou as apostas numa forte alta dos juros ao longo dos próximos meses, com prejuízo para o crescimento do **PIB**.

O aumento do Bolsa Família, com benefício elevado a R\$ 400 e estendido a 17 milhões de pessoas, será insuficiente para mudar o quadro. A **inflação** reduzirá o poder de compra desse dinheiro.

Além disso, esse programa, rebatizado como Auxílio Brasil, alcança um conjunto muito menor que o dos beneficiários da ajuda emergencial. As perspectivas, por enquanto, são muito ruins para a maior parte dessa população.

O apoio aos pobres, citado pelo ministro Guedes como bom motivo para a ruptura do teto, poderia ser mais amplo e mais compatível com a boa gestão fiscal.

Haveria dinheiro para isso, se o presidente pudesse tocar sua vida política sem depender do apoio do Centrão, um sumidouro de dinheiro público.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Redes sociais devem punir Bolsonaro, mas não bani-lo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# BC precisa demonstrar senso de urgência para domar inflação (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# PEC que muda teto de gastos permite fundo eleitoral de R\$ 5 bilhões

**MANOEL VENTURA, BRUNO GÓES E GERAL DA DOCA**  
*pditica@cglobo.com.br BRASÍLIA*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Emprego formal cresce, mas abaixo do esperado

*Mariana Ribeiro e Marta Watanabe*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)

# Interrupção de cadeias globais e custo do petróleo devem dominar G-20

**Assis Moreira**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)

# Rejeição da PEC dos precatórios pode resgatar teto de gastos (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187047?page=1&section=1)